

Autor: Gabriela Moncau

Título: “A gente pode fazer nossas próprias leis” A organização das mulheres da Ocupação Esperança contra a violência

Resumo: Em minha pesquisa busco compreender, a partir da etnografia, como a inserção na luta política pela moradia em uma ocupação de terra de uma grande metrópole, combinada com o engajamento relacionado às questões de gênero, atravessa o cotidiano, a forma de vida e as visões de mulheres da periferia que ali moram. O estudo de caso é na Ocupação Esperança em Osasco (SP), uma comunidade que reúne 500 famílias na luta por moradia desde agosto de 2013.

Neste trabalho descrevo e analiso o processo em que as mulheres da Esperança elaboraram, dentro de uma perspectiva de auto-organização da Ocupação, uma proposta própria para a comunidade lidar com os casos de violência doméstica. “Existem as leis”, apontam, “mas não são feitas pensadas em nós”. Elaboraram, então, uma própria.

As discussões nas reuniões demonstram que o que a princípio se vê como a ação mais valorizada de resistência da mulher em situação de violência doméstica – revidar, “largar o cara” – é atravessada por uma série de fatores complexos que não despem a agência da mulher, caso não tome essas escolhas, de outras formas de resistência diária.

O diagnóstico do sentimento de vergonha por parte das mulheres em todas as experiências de violência doméstica reforça essa perspectiva. Por que as mulheres sentem vergonha quando são agredidas por seus companheiros? Se não agir como se entende que deveria agir uma mulher forte, resistente, que sabe se defender; se por algum motivo ela optar por continuar se relacionando com o homem que a agrediu, explicaram as mulheres, ela acaba sendo vista como fraca, submissa, não terá apoio. A compreensão da complexidade das reações das mulheres às opressões, saindo do binarismo rebeldia-conformismo, se mostrou, portanto, fundamental para a própria criação da solidariedade entre as mulheres. Seja para diminuir a sensação de vergonha da mulher agredida para que ela possa acionar uma rede de apoio e proteção, seja para que as mulheres ao seu redor substituam pré-julgamentos por solidariedade.

Assim, a proposta elaborada pelas mulheres foi construída como se uma pedra estivesse sendo lapidada. As ideias surgiam, eram analisadas, descartadas, melhoradas. Recorrer à polícia ou ao sistema penal foi uma opção rapidamente descartada. A polícia nunca esteve e nem estará do nosso lado, algumas argumentaram. A Lei Maria da Penha teve sua importância ressaltada mais no campo simbólico do que institucional. As experiências pessoais relatadas variaram entre a ineficácia de medidas protetivas como as que determinam que o “agressor” não se aproxime da “vítima”, até humilhações vividas em delegacias, inclusive as da mulher.

As experiências e os argumentos que deram origem a uma lei proposta pelas mulheres durante um mês de discussões, bem como o jeito em que se deu a apresentação ao conjunto de moradoras/es da Ocupação são os elementos fundamentais da reflexão sobre esse processo. A partir dele, discuto questões relacionadas à agência, vulnerabilidade e a multiplicidade das estratégias cotidianas de resistência.